

SANTOS, Matilde Mendonça dos (2022). *Zelar pela Fé: Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 278 pp., ISBN: 978-972-8361-91-4.

Zelar pela Fé: Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821), da autoria de Matilde Mendonça dos Santos, insere-se no âmbito dos estudos inquisitoriais constituindo um contributo inovador para a historiografia portuguesa sobre a atividade do Tribunal do Santo Ofício e do episcopado na diocese de Cabo Verde.

Este livro é composto por três partes e constituído por seis capítulos. Tem como objetivo estudar a atuação do Santo Ofício em conjunto com outras autoridades, na diocese de Cabo Verde e na Costa da Guiné, desde a sua chegada ao arquipélago, na década de 40 do século XVI, até ao momento da sua extinção, em 1822.

O argumento central deste livro, que tem uma elevada densidade informativa, parece-me ser o de que o apoio de diversos poderes, tanto eclesiásticos como seculares, constituiu um instrumento indispensável e decisivo não só para a afirmação do poder inquisitorial, mas também para a definição e funcionamento da ordem social, em Cabo Verde.

A obra parte de um primeiro capítulo dedicado ao panorama de desordem motivado por razões de ordem económica, política, religiosa e social da diocese de Cabo Verde, originado pela Guerra da Restauração, designadamente entre 1646 e 1672. Foi neste contexto que as várias instituições de poder, tanto eclesiástico como civil tiveram que operar e reajustar o seu modo de atuação, face às adversidades presentes no arquipélago.

O segundo capítulo do livro responde à seguinte questão: quais foram as estratégias desenvolvidas para projetar o cristianismo? Em resposta, a autora analisa, primeiramente, as políticas de vigilância sobre as populações, tanto de natureza punitiva, como de natureza pedagógica (missão e evangelização), adotadas pelas instituições de poder. Numa segunda abordagem, centra-se na preocupação da Inquisição em controlar o comportamento dos cristãos-novos, sendo este o principal motivo da sua instalação em Cabo Verde e na Costa da Guiné. Como explicita, a perseguição aos cristãos-novos não foi o único problema a combater. Paralelamente, a Inquisição canalizou as suas atenções para os crimes de bruxaria ou feitiçaria, superstição e bigamia, praticados pelas populações nativas.

A ação dos bispos na defesa da fé é o tema central do terceiro capítulo.

Como se demonstra ao longo do livro, o apoio do episcopado foi fundamental para a consolidação do poder inquisitorial em Cabo Verde. Tendo por base as medidas levadas a cabo por determinados bispos, a autora dá a conhecer em que medida é que os esforços exercidos pelos prelados foram indispensáveis para a revitalização da atividade inquisitorial. Neste sentido, Matilde Mendonça procedeu a uma análise minuciosa da atividade de três prelados: D. Frei Fabião dos Reis (1672-1674), D. Frei António de S. Dionísio (1675-1684) e D. Frei Vitorino Portuense (1687-1705). Estas figuras de relevo procuraram colmatar as dificuldades impostas à evangelização das populações. A autora sublinha a escassez de estruturas religiosas e de clérigos, e o comportamento inadequado não só dos fiéis, mas também dos clérigos, como alguns dos principais problemas a solucionar. A análise da carreira dos bispos mencionados é de extrema importância, pois, tal como se explica:

a ideia que tem vindo a ser seguida é de que as relações entre o episcopado e a Inquisição foram, regra geral, de cooperação, sintonia e complementaridade, apesar de pontuais dificuldades, à semelhança do que se passava no reino. Graças a essa colaboração o poder do Santo Ofício foi-se alargando e enraizando por toda a diocese. Na base de apoio do episcopado estava o facto de este reconhecer e respeitar a superioridade do Tribunal da Fé no plano da ortodoxia católica e erradicação dos desvios da fé.

A mesma linha de investigação foi seguida no quarto capítulo, intitulado *Zelar pelo funcionamento da Inquisição*. Aqui, a autora explica de que modo é que os bispos que governaram a diocese de Cabo Verde entre 1708 e 1746, nomeadamente D. Frei Franciscano de Santo Agostinho, D. Frei José de Santa Maria de Jesus, D. Frei João de Faro e D. Frei João de Moreira, atuaram relativamente ao comportamento religioso das populações e à defesa da ortodoxia cristã, questões que preocuparam as autoridades eclesiásticas desde os primórdios da sua chegada ao arquipélago.

O quinto capítulo, que inicia a terceira parte do livro, foca-se na ação de quatro bispos. Sem descartar a atividade dos restantes, Matilde Mendonça destaca o contributo de D. Frei Pedro Jacinto Valente, o primeiro bispo a residir fora da sede episcopal. Um dos principais marcos da sua atividade foi a criação de capítulos de visita, em forma de decretos sinodais que, no fundo, passaram a regulamentar o funcionamento do bispado. Matilde Mendonça realça que “No que se refere ao campo de atuação do Santo Ofício, onde emergiram mudanças substanciais, detetou-se uma viragem na prática habitual que alterou o rumo dos acontecimentos, na sequência do estabelecimento definitivo do

bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente na ilha de Santo Antão...”, o que detona a influência da atividade do prelado, uma vez que “... quer a atividade episcopal quer a atividade inquisitorial passou a ser feita com maior regularidade na parte Norte do arquipélago”. Um outro aspeto interessante diz respeito às alterações no desempenho da Inquisição, sobretudo no que toca à intervenção das autoridades seculares, que se tornaram um dos principais aliados da sua ação, a par com os prelados, a partir da segunda metade do século XVII e XVIII.

O sexto e último capítulo examina o período de declínio da atividade inquisitorial no espaço arquipelágico de Cabo Verde. Com recurso ao processo de António Xavier Aranha, acusado de bigamia em 1819, começa-se por analisar como é que o Santo Ofício conseguiu exercer a sua atividade até ao surgimento dos primeiros sinais da sua decadência. De seguida, expõe-se a ineficácia do Tribunal da Fé no período que se seguiu ao desfecho do processo instaurado contra António Xavier de Sousa Vieira, em 1819. Até 1821 não surgiu nenhum outro processo, nem mesmo denúncias. Como alega a autora “a Inquisição, na prática, desaparecera”.

Em suma, o objetivo perseguido pela obra em apreço, de analisar a atividade da Inquisição em conjunto com a dos bispos, no governo da diocese de Cabo Verde, é claramente cumprido. Trata-se, a meu ver, de um estudo de referência e de um contributo indispensável para futuras investigações não só sobre a história da Inquisição, mas também sobre o seu papel dinamizador nos domínios ultramarinos.

Este é um livro incontornável para quem, a partir do conhecimento do funcionamento do Tribunal, queira entender a sua presença na diocese de Cabo Verde. O seu argumento propõe uma tese contraintuitiva: a de que se verificou um enlace entre o episcopado e a Inquisição, respigada de um dos mais conhecidos livros da autoria de José Pedro Paiva, orientador da dissertação que deu origem a esta publicação. É esta perspetiva que a autora reforça e coloca à disposição do leitor, por meio de uma narrativa bem estruturada e articulada, rigorosamente documentada e investigada, e teoricamente bem apresentada.

MARIANA PEREIRA

Universidade de Coimbra, CHSC

marianapereira.2407@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1636-8566>



